

Arranque da Campanha de Vacinação Sazonal 2026-2027: SPP alerta que a prevenção é decisiva para proteger os mais vulneráveis e aliviar os serviços de urgência

Tem início a 30 de setembro, decorrendo até 31 de março de 2027, a Campanha de Vacinação Sazonal outono-inverno 2026-2027 que contempla a proteção conjunta contra a gripe e contra a COVID-19. Neste âmbito, a Sociedade Portuguesa de Pneumologia (SPP) lança o apelo à adesão da população, em particular dos grupos de risco definidos, reforçando que a eficácia e a segurança das vacinas estão amplamente demonstradas.

Filipe Froes, da SPP, começa por esclarecer os critérios para a definição dos grupos prioritários para a vacinação: “o conceito de grupos de risco baseia-se na maior probabilidade de contrair a doença e de vir a apresentar formas graves, incluindo necessidade de hospitalização e morte. São estabelecidos de acordo com critérios de idade, patologias associadas e existência de imunossupressão, quer pela doença, quer pela utilização de medicamentos”.

Como Portugal importa a totalidade das doses administradas, a definição de critérios de equidade pela Direção-Geral da Saúde (DGS) e pelas sociedades científicas nacionais assegura a prioridade a quem mais beneficia da imunização.

Assim, de acordo com as diretrizes em vigor, a vacinação contra a **gripe** mantém-se gratuita para todas as pessoas com 60 ou mais anos, bem como para todos os cidadãos, independentemente da idade, que sofram de patologias respiratórias crónicas graves, designadamente doentes sob oxigenoterapia de longa duração, ventilação não invasiva ou traqueostomia, transplantados ou candidatos a transplante pulmonar, e pessoas com diagnóstico de DPOC, asma sob medicação, hipertensão pulmonar, fibrose quística, entre outras. No caso da **COVID-19**, a DGS identifica as mesmas condições clínicas, mas, este ano, atendendo à previsível menor gravidade da doença e às elevadas taxas de vacinação na população durante a pandemia, aumentou para 70 anos a idade elegível, decisão sujeita a validação e monitorização ao longo da época.

Em nome da SPP, o especialista reforça que os benefícios da vacinação se refletem não apenas a nível individual - sendo determinante para prevenir a infeção e/ou as formas mais graves da doença, evitando hospitalizações, deterioração funcional, perda de autonomia ou morte -, mas também a nível comunitário,

uma vez que as pessoas vacinadas apresentam menor transmissão viral, contribuindo para a proteção de todos e, em especial, das populações mais vulneráveis.

Filipe Froes sublinha ainda o impacto direto que a vacinação tem no alívio da pressão sobre os hospitais públicos: “as pessoas vacinadas não contraem a doença ou, caso a contraíam, tendem a apresentar formas mais ligeiras, por exemplo, sem descompensação de outras comorbilidades. Em ambas as circunstâncias, a necessidade, presente e futura, de recorrer aos serviços de urgência é muito menor, contribuindo para uma vida mais saudável e tranquila e para uma menor afluência às urgências, habitualmente congestionadas”.

Num contexto marcado por correntes negacionistas e desinformação em relação às vacinas, a SPP lembra que a eficácia e a segurança das vacinas estão amplamente demonstradas e todas as vacinas são autorizadas e monitorizadas pelas entidades competentes, com o apoio dos peritos mais qualificados para essa avaliação.

“Exceto em raríssimas situações, devidamente identificadas e que podem acontecer igualmente com outros medicamentos, não há motivos válidos para recusar a vacinação. O problema da hesitação vacinal resulta frequentemente da ilusão do conhecimento e da manipulação emocional, muitas vezes associadas a benefícios secundários de quem promove a desconfiança em relação às vacinas. Só o conhecimento, a pedagogia e a confiança na ciência permitem fundamentar as melhores decisões. E, nesta circunstância, a melhor decisão é não esperar pela doença para reconhecer a importância da prevenção. Vacine-se por si, pelos seus e pelos outros!”, conclui Filipe Froes.